PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA - EDUCAÇÃO

PARA PREVENÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 NOS ESTABELECIMENTOS DOS DIVERSOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO/ENSINO

Itá, SC

PLANCON-EDU/COVID-19

Itá, Outubro de 2020

COMITÊ ESTRATÉGICO DE RETORNO ÀS AULAS

Entidades Participantes:
Este Modelo de Plano de Contingência foi elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil de Santa Catarina e do Comitê Estratégico de Retorno as Aulas e vem acompanhado do **Caderno de Apoio ao Plancon-Covid-19**.

Governo do Estado de Santa Catarina
Carlos Moisés da Silva

Chefe da Defesa Civil de Santa Catarina
João Batista Cordeiro Junior

Secretário de Estado da Educação
Natalino Uggioni

Diretor de Gestão de Educação – Defesa Civil de Santa Catarina
Alexandre Corrêa Dutra

Equipe elaboração Modelo de Plano de Contingência Comitê Técnico Científico Defesa Civil de Santa Catarina:

Coordenação: Mário Jorge C. C. Freitas - Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação em Redução de Riscos e Desastre (ABP-RRD)

Sub Coordenação:
Cleonice Maria Beppler - Instituto Federal Catarinense (IFC)
Caroline Margarida - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)
Fabiana Santos Lima - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Francisco Silva Costa - Universidade do Minho (UMinho/Portugal)
Janete Josina de Abreu - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Leandro Mondini – Instituto Federal Catarinense (IFC)
Pâmela do Vale Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Regina Panceri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)

Consultores Externos:
Maria Cristina Willemann (Epidemiologista – Mestre em Saúde Pública)

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CEE

UNDIME SC

FCEE Fundação Catarinense de Educação Especial

DEFESA CIVIL SANTA CATARINA

DEFESA CIVIL SANTA CATARINA COMITÊ TÉCNICO CIENTÍFICO

FECAM

GOVERNO DE SANTA CATARINA Secretaria de Estado da Saúde

UNCME SANTA CATARINA

FETEESC

SINPRO FLORIANÓPOLIS

FETRAM-SC

SINTE Santa Catarina
CNTE CUT

CEE - SC

SINEPE/SC

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Entidades observadoras:

MPSC MINISTÉRIO PÚBLICO Santa Catarina

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

COMITÊ ESTRATÉGICO DE RETORNO ÀS AULAS

Entidades Participantes:
Este Modelo de Plano de Contingência foi elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil de Santa Catarina e do Comitê Estratégico de Retorno as Aulas e vem acompanhado do **Caderno de Apoio ao Plancon-Covid-19**.

Governo do Estado de Santa Catarina
Carlos Moisés da Silva

Chefe da Defesa Civil de Santa Catarina
João Batista Cordeiro Junior

Secretário de Estado da Educação
Natalino Uggioni

Diretor de Gestão de Educação – Defesa Civil de Santa Catarina
Alexandre Corrêa Dutra

Equipe elaboração Modelo de Plano de Contingência Comitê Técnico Científico Defesa Civil de Santa Catarina:

Coordenação: Mário Jorge C. C. Freitas - Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação em Redução de Riscos e Desastre (ABP-RRD)

Sub Coordenação:
Cleonice Maria Beppler - Instituto Federal Catarinense (IFC)
Caroline Margarida - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)
Fabiana Santos Lima - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Francisco Silva Costa - Universidade do Minho (UMinho/Portugal)
Janete Josina de Abreu - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Leandro Mondini – Instituto Federal Catarinense (IFC)
Pâmela do Vale Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Regina Panceri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)

Consultores Externos:
Maria Cristina Willemann (Epidemiologista – Mestre em Saúde Pública)

COMITÊ ESTRATÉGICO DE RETORNO ÀS AULAS – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenação Geral:

Carin Deichmann (SED)

Coordenação Grupos de Trabalho:

Jeane Rauh Probst Leite (FCEE) – GT Medidas Sanitárias

Marcos Vieira (SED) – GT Gestão de Pessoas

Osmar Matiola (SED) – Gestor GT Transporte Escolar

Patrícia de Simas Pinheiro (SED) – Gestora GT Alimentação Escolar

Sônia Regina Victorino Fachini (UNDIME) – GT Medidas Pedagógicas

Colaboradores Grupos de Trabalhos Cadernos: 1- Diretrizes Sanitárias; 2- Diretrizes Sanitárias para Alimentação Escolar; 3- Diretrizes Sanitárias para o Transporte Escolar; 4- Diretrizes Pedagógicas; Diretrizes para Gestão de Pessoas.

Alex Cleidir Tardetti (UNDIME)

Alexandre Oliveira (FEETEESC) Aline Coral (FECAM)

Aline Vitali Grando (SES)

Ana Paula de Oliveira Scherer (UNCME)

Argos Gumbowsky (UNCME)

Ariane Almeida (FECAM)

Betris Clair Andrade (SED) Cali Ferri (SED)

Claúdia Siviane Favero (UNDIME)

Claudio Luiz Orço (UNCME)

Cleonice Maria Beppler (CTC/DCSC/IFC)

Cristiane Chitolina Tremea (FECAM)

Cristiano Rodolfo Tironi (UNDIME)

Danielly Samara Besen (MPSC)

Daphne de Castro Fayad (MPSC)

Darli de Amorim Zunino (UNCME)

Estela Maris Bergamini Machado (UNDIME)

Fabiana de Melo Giacomini Garcez (FCEE)

Fabricio Melo (FECAM)

Florindo do Rio Neto (SES)

Gilmara da Silva (FECAM)

Gláucia da Cunha (TCE-SC)

Graziela Caetano da Rosa Schwartzhaupt (FECAM)

Humberto L. Dalpizzol (FECAM)

Janice Aparecida Steidel Krasniak (ALESC/CDDPD)

João Luiz de Carvalho Botega (MPSC)

Joice Elizabet da Silva (FCEE)

Jorge Luiz Buerger (UNDIME)

Jorge Luiz de Souza (FETEESC)

Karla Simone Martins Dias (FCEE)

Lidiane Ventura Fraga (FECAM)

Lineia Pezzini (FECAM)

Lizeu Mazzioni (FETRAM)

Locenir T. de Moura Selivan (FECAM)

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj (SES)

Lúcia Cristina Gomes (FEETEESC)

Luciane Carminatti (ALESC/CECD)

Luiz Carlos Vieira (SINTE/SC)

Luzia Biancato Alberton (SINTE/SC)

Maike Cristine Kretzschmar Ricci (SED)

Maria Nadir Araújo Souza (UNDIME)

Maria Regina Souza Soar (FECAM)

Mário Fernandes (UNDIME)

Mario Jorge Cardoso Coelho Freitas (CTC/DCSC)

Marta Aparecida de Lima Machado Calegari (UNCME)

Maurício Fernandes Pereira (UNDIME)

Maximiliano Mazera (TCE-SC)

Michelle Fernanda De Conto El Achkar (TCE-SC)

Michele Vieira Ebone (SES)

Odécia Almeida de Souza da Silva (FECAM)

Osanilda da Silva Melo Nascimento (SED)

Paula Cabral (SED)

Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim

(CTC/DCSC/IFSC)

Plauto Mendes (UNDIME)

Raimundo Zumblick (CEE)

Raphael Périco Dutra (TCE-SC)

Regina Panceri (DCSC)

Rita de Cassia Maraschin da Silva (CEAE)

Roberta Lima Guterres (FCEE)

Roberta Vanacor Lenhardt (SES)

Rose Maria Macowski (UNCME)

Rosemari Schiessl dos Passos (FECAM)

Rosemary da Silva Santos (UNDIME)

Rosimari Koch Martins (SED)

Sadi Baron (FECAM)

Sandra Maria Galera (UNDIME)

Sandro Luiz Cifuentes (SINTE/SC)

Sandro Medeiros (SED)

Sueli Silvia Adriano (FETRAM)

Valci Terezinha de Souza (FECAM)

Vera Lucia Freitas (SINTE/SC)

Vicente Caropreso (ALESC/CDDPD)

Volmir Zolet da Silva Junior (MPSC)

Wilsoney Gonçalves (ALESC/CECD)

Colaboradores Grupos de Trabalhos Cadernos: 6- Informação e Comunicação; 7- Capacitação e Treinamento; 8- Finanças

Amanda Cristina Pires (CTC/DCSC)

Carin Deichmann (SED)

Caroline Margarida (CTC/DCSC)

Cleonice Maria Beppler (CTC/DCSC)

Elna Fátima Pires de Oliveira (CTC/DCSC)

Fabiana Santos Lima (CTC/DCSC)

Francisco Costa, Gladis Helena da Silva

Harrysson Luiz da Silva

Janete Josina de Abreu

José Luiz Gonçalves da Silveira (CTC/DCSC)

Leandro Mondini (CTC/DCSC)

Maria Hermínia Schenkel

Mario Jorge Cardoso Coelho Freitas

Noemi Janaína Gimenez Falcão (CTC/DCSC)

Pâmela do Vale Silva

Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim (CTC/DCSC)

Regina Panceri

Renann inácio Rita (CTC/DCSC)

Rodrigo Nery e Costa (CTC/DCSC)

Sarah Cartagena

Vanessa Scoz Oliveira (CTC/DCSC)

PLANO DE CONTINGÊNCIA APLICÁVEL AO MUNICÍPIO DE:

ITÁ

Equipe responsável pela Elaboração e Implementação do Plano:

Jairo Luiz Sartoretto
Prefeito Municipal

Renato Vailon
Proteção e Defesa Civil

Darci Kolakowski
Secretaria da Saúde

Nereo Norberto Rostirolla
Secretaria de Educação

Membros da Equipe:

Representante da Rede Estadual: Amanda Berticelli Dallazen
Representante dos Estudantes: Armando Luís Kusmirczuck
Representante da Secretaria da Administração e Fazenda: Bábara Regina de Araújo Pereira
Representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar: Clarice Covatti
Representante do Conselho Municipal da Educação: Vanessa Alves Pereira
Representante dos Transportadores escolar: Deonir Augustinho Dalle Laste
Representante das comissões Escolares: Dionei dos Santos Dinnebier
Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB:Gemir Antônio Gelhen
Representante das comissões Escolares: Hermes Roani
Representante das comissões Escolares: Inês Maria Leiser
Representante do Conselho Municipal dos Direito das Pessoas com Deficiência: Luana dos Santos
Representante das comissões Escolares: Maria Vitória Sunti
Representante da Secretaria da Assistência Social: Markelli Ana Machry
Representante da Secretaria da Saúde: Nailse Maria Bach
Representante da Secretaria Municpal de Educação: Raquel Maria Bohrer
Representante da Defesa Cívil do Município: Renato Vailon
Representante do Poder Legislativo Municipal: Silvana Colossi
Representante dos Profissionais e Trabalhadores da Educação: Mara Suhre

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3
2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA 6
3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO 7
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 7
5. CENÁRIO DE RISCO 9
5.1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 9
5.3. Vulnerabilidades 14
5.4 Capacidades instaladas/a instalar 15
5.4.1 Capacidades instaladas 15
5.4.2 Capacidades a instalar 16
6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO 17
7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA 20
7.1.1 DAOP Das Medidas Conforme Diretrizes: 21
7.2 SISTEMA DE COMANDO OPERACIONAL 29
7.3.1 Dispositivos Principais 30
7.3.2 O sistema de alerta e alarme 30
7.3.3 Monitoramento e avaliação 30
ANEXO 1 MODELO BOLETIM 31
ANEXO 2 MODELO BOLETIM 32
ANEXO 3 - Dados Quantitativos: 33
ANEXO 4 - Plano de Ação 34

1 INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa emergente, causada por um vírus da família dos Coronavírus — o SARS-CoV-2 (de forma simplificada, como faz a OMS, 2019-nCoV) identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Em 30 de janeiro, o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Em 11 de março, tomando em consideração a amplitude de sua distribuição mundial, veio a ser classificada como pandemia. Segundo a OMS, para configurar uma pandemia são necessárias três condições:

1) ser uma nova doença que afeta a população;

2) o agente causador ser do tipo biológico transmissível aos seres humanos e causador de uma doença grave; e

3) ter contágio fácil, rápido e sustentável entre os humanos.

A ocorrência da COVID-19, bem como as medidas tomadas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei N° 12.608, de 10 de abril de 2012. Efetivamente, estamos em estado de calamidade pública, decretada em decorrência de um desastre de natureza biológica, que se insere na rubrica “doenças infecciosas virais” (conforme o COBRADE, 1.5.1.1.0). No Brasil, o Congresso Nacional reconheceu, para fins específicos, por meio do Decreto Legislativo N° 6, de 20 de março, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública, nos termos da solicitação do Presidente da República.

Em Santa Catarina, o acionamento do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERD ocorreu no dia 14 de março, quando foi deflagrada a “Operação COVID-19 SC”. No dia 17 de março, o governo do Estado decretou situação de emergência, através do Decreto n° 515, por conta da pandemia de Coronavírus. O Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, suspendendo as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, até 31 de maio. Este Decreto foi alterado por outro de número 587, de 30 de abril, que suspendeu as aulas nas unidades das redes de ensino pública e privada por tempo indeterminado. O Decreto n° 630, de 1º de junho, suspendeu até 2 de agosto de 2020 as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do

cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente. Em 16 de junho, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 544 que dispõe sobre a substituição das aula presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - COVID-19. E, em 18 de junho, a Portaria n° 1.565 que estabeleceu orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.

O calendário escolar deverá ser adaptado de forma a diminuir os danos causados pela suspensão das aulas. Deverão seguir, até que novas publicações sejam realizadas, a Medida Provisória 934 (Brasil, 2020d) que flexibiliza os 200 dias letivos, mantendo a obrigatoriedade das 800 horas de atividades educacionais anuais; e o parecer n. 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2020a).

O impacto potencial da COVID-19 é elevado devido a, entre outros aspectos:

a) a propagação do vírus ser fácil e rápida;
b) a transmissão ocorrer enquanto o paciente está assintomático ou tem sintomas leves (5 até 14 dias);
c) a doença ter consequências agravadas, para além de idosos, em certos grupos populacionais com grande expressão no Brasil, como diabéticos, hipertensos e com problemas cardíacos;
d) a possibilidade de gerar sobrecarga e, mesmo, ruptura, nos sistemas e serviços de saúde e assistência social (podendo gerar sua ruptura), na fase exponencial da contaminação; e) a taxa de mortalidade poder atingir, em certos contextos, números preocupantes.

Considerando que a transmissão do agente infeccioso se faz por contágio interpessoal, é fundamental promover a preparação das instituições, organizações e serviços para uma resposta efetiva e oportuna, que ajude a diminuir a amplitude e ritmo da infecção e a mitigar seus impactos, especialmente, o número de vítimas mortais. A estratégia a seguir deve estar alinhada com as indicações das instituições de saúde municipais, estaduais, federais e internacionais. As atividades a desenvolver devem ser, sempre, proporcionais e adaptadas ao nível de risco definido pelas instituições responsáveis.

As experiências já reconhecidas nos casos mais bem-sucedidos de controle provam que a preparação para uma epidemia começa (ou deve começar) antes dela ocorrer. Se tal não ocorreu (ou só ocorreu parcialmente), mais importante se torna que a prevenção se inicie logo aos primeiros sinais de casos provenientes de outros países (ou regiões), com reforço na fase de transmissão local e, obviamente, maior destaque na fase de transmissão comunitária ou sustentada. Entre as medidas adotadas desde cedo pelos países melhor sucedidos no controle à COVID-19, constam-se a realização massiva de testes com isolamento de casos detectados e quebra de cadeias de transmissão, medidas de reforço da higiene individual e comunitária, comunicação eficaz e adequada e conscientização efetiva, mas dando devido realce a riscos e consequências em caso de negligência de medidas de distanciamento social (de vários graus e ordem), obrigatórias ou voluntárias, com proibição de aglomerações.

Um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previstos na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, é o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC). Nele se define(m) e caracteriza(m) o(s) cenário(s) de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco) alude(m), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais, recursos humanos a mobilizar, recursos/materiais a utilizar e sistema de coordenação operacional, através da previsão e acionamento de um Sistema de Comando de Operação (SCO) para gestão de crise. Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados na fase de normalidade ou, quando muito, prevenção, ou seja, antes da ocorrência do evento extremo. Na presente situação estamos elaborando em plena etapa de mitigação, já na fase de resposta.

A Prefeitura Municipal de Itá, face à atual ameaça relacionada com a COVID-19, e tendo em conta a sua responsabilidade perante as escolas dos diversos níveis de escolaridade e respectivas comunidades escolares/acadêmicas catarinenses (alunos, professores, funcionários e familiares de todos eles), elaborou o presente PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA (PLANCON-EDU/COVID-19). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (nomeadamente, Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, bem como Secretarias de Estado de Saúde e de Educação).

O PLANCON-EDU/COVID-19, a partir de cenários de risco identificados, define

estratégias, ações e rotinas de resposta gerais, para o enfrentamento da epidemia do novo Coronavírus (COVID-19), incluindo eventual retorno das atividades presenciais, administrativas e escolares. O conjunto de medidas e ações ora apresentados deverão ser adaptados para cada situação Municipal (ou Regional) e para cada Escola e aplicadas de modo articulado, em cada fase da evolução da epidemia da COVID-19.

2) ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA

A estrutura do Plano de Contingência Municipal escolar (PLACONESC-EST) obedece ao modelo conceitual ilustrado na Figura 1.

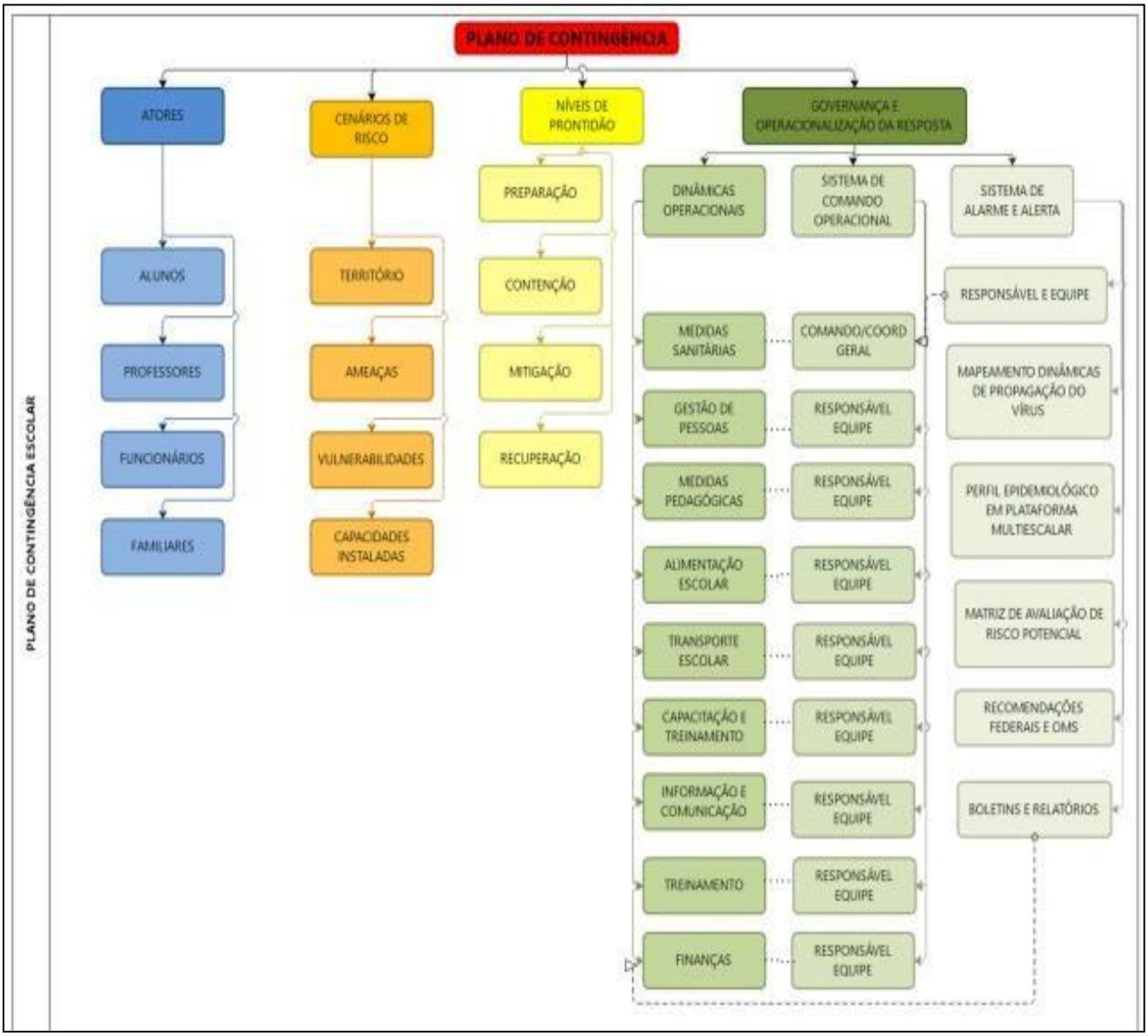


Figura 1. Mapa conceitual de estrutura do Plano.

3) ATORES/POPULAÇÃO ALVO

Público alvo: Todos os alunos da Rede Municipal e Estadual, de todos os níveis de ensino, respectivos professores, formadores, funcionários e familiares, agentes terceirizados, prestadores de serviços/entregas e demais pessoas que adentrem no espaço escolar do Município de Itá, da Região do Oeste de Santa Catarina.

4) OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Fortalecer os processos de governança do sistema educativo no estado, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação gerais para o enfrentamento da epidemia que, depois, deverão ser adaptadas a cada município/região e escola, enquanto persistirem as recomendações nacionais, estaduais e/ou regionais de prevenção ao contágio da COVID-19, buscando criar condições para a continuidade da sua missão educacional.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Identificar os cenários gerais de riscos dos estabelecimentos de ensino dos diversos graus do município (ameaças, nos territórios envolvidos, ameaças, vulnerabilidades e capacidades instaladas ou a instalar);
b) Definir as dinâmicas e ações operacionais e elaborar os protocolos operacionais específicos, aplicáveis às diversas atividades escolares dos diversos níveis, cumprindo todas as recomendações oficiais;
c) Estabelecer um Sistema de Comando Operacional que oriente, acompanhe, monitore e avalie as dinâmicas e ações definidas e sua aplicação no município e escolas, em especial, na retomada de atividades presenciais;
d) Assegurar informação constante de boletins atualizados e outros materiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;
e) Garantir uma eficiente comunicação interna com as escolas do município e seus alunos, professores e funcionários e externa (com pais e população em geral);

f) Determinar quais os recursos necessários e possíveis a serem mobilizados para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID- 19;

g) Planejar ações gerais de resposta/mitigação e recuperação, aplicáveis e adaptáveis pela generalidade dos estabelecimentos de ensino, com devidas adaptações, por eles promovidas;

h) Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;

i) Ajudar a gerir as escolas a lidar com eventuais casos suspeitos de COVID-19, orientando para que, de imediato, possam usufruir de todo o apoio necessário, evitando ou restringindo situações de contágio;

j) Criar condições para que seja possível assegurar a continuidade da missão educativa das escolas de todos os tipos e níveis de ensino do município, estabelecendo recomendações sobre estratégias e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento escolar;

k) Contribuir para garantir condições sanitárias, profissionais, tecnológicas e apoio psicológico compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a segurança da comunidade escolar nos aspectos sanitários, de higiene, saúde física e mental/emocional;

l) Ofertar e facilitar o acesso a informações de cunho educativo, relacionados à prevenção e ao controle da transmissão da covid19;

m) Desenvolver rotina de treinamento contínuo para alunos e colaboradores os protocolo de saúde, com especial ênfase na correta utilização de máscaras, higienização de mãos e objetos e respeito ao distânciamento social seguro no ambiente escolar;

n) Intensificar a articulação entre órgãos que atuam direta ou indiretamente com a Educação Básica;

o) Garantir a participação ativa de gestores, equipe administrativa, professores na construção das estratégias, de modo que sejam adequadas a cada realidade;

p) Desenvolver campanha de comunicação a ser implantada nas redes sociais (post, vídeos, infográficos, cartilhas informativas, boletins) e nas escolas (cartazes e orientações gerais) com relação aos procedimentos a serem adotados e seguidos por todos;

5) CENÁRIO DE RISCO

Este plano de contingência está elaborado para o cenário de risco associado à ameaça da COVID 19, em todos os territórios educativos do estado/município/região e tomando em consideração as vulnerabilidades gerais possíveis de serem identificadas e as capacidades gerais instaladas/a instalar, a nível estadual/municipal/regional.

5.1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A cidade de Itá cidade localiza-se no Oeste de Santa Catarina, na microrregião do Alto Uruguai Catarinense. Tem uma extensão territorial de 165,5km2. O número de habitantes da cidade é de 6.426 conforme informações do IBGE . Os municípios limítrofes são: Seara, Concórdia, Paial, Aratiba, Arabutã, Barra do Rio Azul, Itatiba do Sul. Itá esta situada a 30 km a Sul-Oeste de Concórdia a maior cidade nos arredores. O Município de Itá é um município de pequeno porter que teve a antiga cidade totalmente submersa pelas águas do lago da Hidrelétrica, só restaram como monumento as torres da igreja para cima da água. Com isso, uma nova cidade foi totalmente reconstruída 5 km para cima, inaugurada em 1996 para receber os moradores. A mudança da paisagem despertou o município para o turismo, que hoje conta com várias opções em atividades aquáticas e na exploração de suas águas termais, arvorismo, tirolesa, turismo rural entre outros, fazendo com que a cidade seja considerada uma cidade turística, trazendo pessoas de várias regiões principalmente no verão para conhecer as paisagens e os pontos turísticos.

A maior parte da população reside na cidade, a maior renda é proviniente do ICMS, turismo, de indústrias e da agropecuária.

O município possui 08 escolas sendo 05 municipais e 03 estaduais. O atendimento das escolas é desde a creche, séries iniciais, anos finais, ensino médio, EJA e educação especial, conforme segue:

- Creche Municipal Alecir Trevisol: localizada na Rua Jacuí, no Bairro Vila Gerasul, atende 111 alunos do berçário até maternal II, possui sistema de atendimento de turmas em horário integral, das 07:15 às 17:15h. Possue 45 funcionários.

- Escola Municipal De Educação Básica Valentin Bernardi está localizada, na rua Salto Santiago no Bairro Vila Gerasul: Atende alunos do 1º ano até o 9º ano totalizando: 628 alunos e 86 funcionários.
- Centro de Educação Cantinho da Pedrita: Rua Alegrete, no Bairro Vila Gerasul: Atende 188 crianças desde o Jardim I até o jardim III, possui sistema de atendimento de turmas em horário integral, das 07:15 às 17:15h. Possue 35 funcionários.
- Escola de Ensino Fundamental Professora Neusa Bernardina Lemos Marques: Localizada na Linha União no interior. Atende alunos do 1º ano até o 9º ano totalizando: 85 alunos na rede estadual e com 27 alunos matriculados na educação infantil pela rede municipal. Possue 22 funcionários. A escola atende em dois turnos (Matutino e Vespertino)
- Escola de Educação Básica General Liberato Bittencourt está situada na Avenida Tancredo Neves, no Centro da cidade. Atende 160 alunos matriculados no ensino médio, pela rede estadual de ensino. Possue 26 funcionários e 2 funcionárias terceirizadas da empresa de alimentação. A escola atende em três turnos (Matutino e Vespertino e Noturno).
- Escola Municipal de educação Básica João Henrique Pille esta situada na Linha Santa Cruz, no interior do município. Atende 99 alunos matriculados desde educação infantil até 9º ano. Possue 22 funcionários. A escola atende em dois turnos (Matutino e Vespertino).
- Escola Especial Novos Horizontes (APAE): A escola esta situada na Rua 21 do Bairro Natureza, atende 40 alunos com deficiência, a escola atende em dois turnos (Matutino e Vespertino), conta com 12 funcionários.
- A Unidade Descentralizada de Itá está localizada na Rua 09, no Bairro Pioneiros, O número de estudantes atualmente são 109 alunos, conta com 09 funcionários. A escola atende no período (Matutino e Vespertino e Noturno).

Todas as escolas do município ofertam merenda escolar. Somente a rede estadual possue equipe terceirizada para o preparo e distribuição do lanche. As demais escolas do município são as equipes de merendeiras das escolas que realizam este trabalho . As escolas possuem água filtrada ou de poço artesiano, todas fazem coleta de lixo periódica. A rede de atendimento de esgoto é realizada pela Casan na cidade, e nas escolas do interior por caixas sépticas. A frota de transporte conta com 17 veículos escolar, deste total 13 são terceirizados e 04 do são do município.

A cidade de Itá é servida pelos seguintes melhoramentos públicos: rede de energia elétrica (Celesc), rede de água (poços artesianos profundos/mineral) rede de esgoto (Casan), telefonia fixa e móvel, asfaltamento, coleta diária de lixo, arborização e ajardinamento. Apresenta 65.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 84.9% de domicílios

urbanos em vias públicas com arborização e 30.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. A frota municipal conta com 17 veículos para o transporte escolar, destes total 13 são terceirazados e 04 do município.

Na área da saúde o município conta com um hospital conveniado ao SUS para atendimento de baixa e média complexidade com 42 leitos. Não há leito de UTI, sendo que em casos graves os encaminhamentos são destinados para a cidade de Concórdia, também há um ponto de triagem para a covid-19. Conta com três unidades sanitárias (sendo uma na zona urbana e duas na zona rural). As unidades de saúde são próximas as escolas. Conta também com três equipes de Programa Saúde da Família, onde são desenvolvidos trabalhos preventivos e curativos da saúde pública.

A unidade do CRAS oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Nele a população também é orientada para todos os benefícios assistenciais disponíveis e podem realizar sua inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O quartel do corpo de bombeiros conta com uma guarnição de combate a incêndio e de resgate. O município possue uma equipe da Polícia Militar, para auxiliar nas atividades de controle, averiguação e orientações quanto aos cuidados com a covid-19. Também conta com o apoio da equipe do órgão de proteção do Conselho Tutelar, que desemprenha a função de orientar as crianças adolescentes e famílias que estão em situação de vulnerabilidade.

5.2. AMEAÇA(s)

A **principal ameaça** a que o plano de contingência visa dar resposta é uma **ameaça biológica**, uma pandemia, mais exatamente, a **transmissão do vírus 2019-nCoV**, que tem impacto direto no sistema cardiorrespiratório[1], desencadeando no organismo humano a **COVID-19**.

A transmissão ocorre através de gotículas e micro gotículas de saliva e secreções nasais etc., projetadas por uma pessoa infectada e que atingem, diretamente, a boca, nariz e/ou olhos de outra pessoa. Essas gotículas podem atingir a boca, olhos ou nariz de pessoas próximas ou por contato: físico com pessoa contaminada, como, por exemplo, ao apertar a mão de uma pessoa contaminada e em seguida levar essa mão à boca, ao nariz ou aos olhos; e/ou contato de objetos ou superfícies contaminadas e posterior contato com a boca, nariz ou olhos. Não

podendo ser descartada a possibilidade de transmissão pelo ar em locais públicos – especialmente locais cheios, fechados e mal ventilados. Depois do vírus atingir as mucosas, a maioria das pessoas desenvolve a doença com sintomas amenos. Há, contudo, pessoas que desenvolvem quadros de grande gravidade que, em certos casos, originam morte. A probabilidade de complicações graves é mais comum em pessoas de grupos etários mais idosos e/ou na presença de outras doenças crônicas. Contudo, começam a aparecer mais casos em outras faixas de idade e em pessoas sem comorbidades aparentes.

Por outro lado, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a OMS, calcula-se que a taxa de mortalidade associada à COVID-19 seja substancialmente maior que a da gripe sazonal (0,02% para 3,6% ou mais). A taxa de transmissão é elevada (cerca de 3, ou seja, 1 pessoa contamina, em média, 3 pessoas). Sem estratégias de distanciamento físico, deixando o vírus se transmitir livremente, a taxa de contaminação pode atingir, eventualmente, até 50 a 70%, o que teria por consequência a falência total de sistemas de saúde e funerários, pois teríamos milhões de mortos e um cenário extremamente crítico. Cabe ainda ressaltar que a falência dos sistemas de saúde e funerário não depende somente da taxa de contaminação, mas sobretudo da capacidade de atendimento dos casos graves da doença que podem atingir o nível de saturação mesmo em contexto de taxas menores de contágio. Não existe, ainda, nenhuma vacina disponível e provavelmente não estarão disponíveis tão cedo. Também não existem tratamentos medicamentosos específicos, suficientemente testados, embora alguns medicamentos, tradicionalmente utilizados no tratamento de outras doenças, tenham sido utilizados com aparente sucesso, que não se sabe advir de qual ou de sua combinação com outros, e alguns novos comecem a ser testados.

Assim, a essa ameaça principal do vírus, em si, e da doença, por vezes mortal, que ele desencadeia, juntam-se, no mínimo, mais duas ameaças: a) a ameaça de uma profunda crise econômica e financeira; b) a ocorrência de contextos de perturbações emocionais pessoais e desequilíbrios sociais variados. Nos dois últimos casos o planejamento de estratégias mais adequadas para prevenir e restringir novos contágios, quando da retomada gradual de atividades, pode contribuir significativamente para o controle da doença e dirimir os impactos colaterais, favorecendo um ambiente mais propício à recuperação econômica e dos impactos psicossociais da pandemia.

Em síntese, **a ameaça é real e de natureza complexa**, uma vez que: a) o vírus é novo, com elevada taxa de mutação (sem que saibamos, totalmente, o que isso implica); b) seus

impactos dependem das medidas de contingenciamento tomadas em tempo; c) os efeitos potenciais de curvas de crescimento epidemiológico, súbito e alto, sobre os sistemas de saúde, são grandes, o que pode afetar a capacidade de resposta e a resiliência individual e comunitária e, por retroação, aumentar muito o risco; d) seu impacto na situação econômica global e de cada país podem gerar uma forte crise; e) o inevitável choque entre medidas de distanciamento social e preocupação de dinamização da atividade econômica pode criar conflitos e impasses difíceis de ultrapassar; f) aos períodos de distanciamento social mais extensivo têm que suceder-se períodos de maior flexibilização e tentativa de retomar a normalidade que, contudo, podem vir a gerar novas necessidades de distanciamento.

Em síntese, **a ameaça é real e de natureza complexa**, uma vez que: a) o vírus é novo, com elevada taxa de mutação (sem que saibamos, totalmente, o que isso implica); b) seus impactos dependem das medidas de contingenciamento tomadas em tempo; c) os efeitos potenciais de curvas de crescimento epidemiológico, súbito e alto, sobre os sistemas de saúde, são grandes, o que pode afetar a capacidade de resposta e a resiliência individual e comunitária e, por retroação, aumentar muito o risco; d) seu impacto na situação econômica global e de cada país podem gerar uma forte crise; e) o inevitável choque entre medidas de distanciamento social e preocupação de dinamização da atividade econômica pode criar conflitos e impasses difíceis de ultrapassar; f) aos períodos de distanciamento social mais extensivo têm que suceder-se períodos de maior flexibilização e tentativa de retomar a normalidade que, contudo, podem vir a gerar novas necessidades de distanciamento.

[1] *Segundo dados da OMS, com base em análise possível de 56.000 pacientes, 80% têm ausência de sintomas ou sintomas leves (febre, tosse, alguma dificuldade em respirar, etc.), 14% sintomas mais severos (sérias dificuldades em respirar, grande falta de ar e pneumonias) e 6% doença grave (insuficiência pulmonar, choque séptico, falência de órgãos e risco de morte).*

5.3. Vulnerabilidades

Consideram-se como potencialmente gerais, as seguintes vulnerabilidades, às quais os municípios/regiões e escolas acrescentarão suas vulnerabilidades específicas:

a) Facilitação de condições que permitam a transmissão do vírus, através de contatos diretos (aperto de mão, beijos, atingimento por partículas de pessoa infectada que tosse ou espirra, etc.) ou mediados (toque em superfícies infectadas, etc., seguido de toque com as mãos na boca, nariz e olhos), particularmente, em sociedades com hábitos sociais de maior interatividade física interpessoal;
b) Falta de certos hábitos e cuidados de higiene pessoal e relacional, ou negligência no seu cumprimento, nomeadamente, os hábitos associados à lavagem regular e adequada das mãos, etiquetas corretas de tossir e espirrar;
c) Insuficiente educação da comunidade escolar para a gestão de riscos e para a promoção da saúde (em especial, contextos epidemiológicos) que, em certos casos, se associa a baixa educação científica e dificuldades de pensamento crítico;
d) Atitudes de negação do vírus, da COVID-19 e/ou de seu impacto, decorrente de *fake news* e difusão de informação não validada cientificamente;
e) Condições específicas dos estabelecimentos, tais como tipo e dimensões das instalações físicas, condições de arejamento, espaço disponível para suficiente espaçamento das pessoas etc.;
f) Baixa percepção de risco e o descumprimento de regras sociais (por exemplo, distânciamento social, isolamento social, uso de máscaras, entre outros);
g) Existência de atores pertencendo a grupos de risco (idosos, doentes crônicos, entre outros);
h) Atividades essencialmente presenciais e desenvolvidas em grupos;
i) Falta de formação dos professores para usar tecnologia na educação;
j) Alunos sem espaço adequado para estudo em casa, falta de equipamentos como computadores e notebooks e problemas na conexão à internet;
k) Condições climáticas da região sendo predominantemente mesotérmico úmido e com bruscas mudanças de temperatura que favorecem o surgimento de doenças respiratórias;
l) Diferenças sociais e econômicas;
m) Necessidade de contratação extraordinária de trabalhadores para viabilizar o retorno

das aulas presenciais na rede municipla de ensino;

n) Aquisição em grande quantidade de insumos (EPIs) para serem usados nos ambientes escolares;

o) Aquisição em grande quantidade de materiais de limpeza e sanitização;

q) Transporte inadequado para o momento de pandemia;

r) Indisponibilidade frotas de transporte e alto custo de adaptação dos mesmos;

s) Falta profissionais devido ao grupo de risco.

5.4 Capacidades instaladas/a instalar

Considera-se, em geral, já instaladas as seguintes capacidades:

5.4.1 Capacidades instaladas

a) Articulação intersetorial com 18 organizações representativas do estado de Santa Catarina, de diferentes segmentos (educação, saúde, proteção e defesa civil, legislativo, terceiro setor, ministério público, entre outros);
b) Criação de um Comitê Estratégico de Retorno às Aulas com as referidas instituições para planejamento e elaboração de diretrizes, plano de contingência e futuras ações;
c) Expansão do processo e regionalização das ações por meio das coordenadorias regionais de educação, de saúde, de proteção e defesa civil, das associações de municípios.
d) Utilização do espaço e da infraestrutura das coordenadorias regionais de educação, dos centros integrados de gerenciamento de riscos e desastres regionais (CIGERDs), das associações de munícipios, da secretaria municipal da educação entre outros.
e) Capacidade técnica das equipes envolvidas, em especial, quanto ao seu âmbito específico de atuação.
f) Estabelecimento de mecanismos de monitoramento, com definição dos indicadores-chave a serem acompanhados;
g) Gestão de recursos tecnológicos, parcerias e insumos;
h) Estrutura fisíca das escolas em bons estados de conservação;
i) Parceria com órgãos de saúde, corpo de bombeiros, CRAS, defesa cívil, polícia militar e

conselho tutelar;

j) Hospital com atendimento pelo SUS;
k) Unidades de saúde;
l) Centro de triagem da covid-19;
m) Coleta de lixo períodica;
n) Abastecimento de água potável;
o) Quartel de corpo de bombeiros;
p) Transporte escolar para a zona urbana e rural;
q) Criação da Comissão Municipal da Educação PlanCon-Edu/COVID-19 -Ita;
r) Elaboração do Plano Municipal de Contingência na Educação;
s) Existência do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia.

5.4.2 Capacidades a instalar

a) Disseminação e divulgação do plano de contingência de modo a contemplar todas as organizações envolvidas e em especial, as unidades escolares;
b) Capacitação/treinamento geral de agentes educativos, estagiários, motoristas, monitores, equipes de higienização, equipes de cozinheiras, equipes de zeladores em diversos aspectos específicos das diretrizes constantes do retorno às aulas;
c) Desenvolvimento de estratégias orientadas para que agentes educativos/alunos e pais evoluam em suas percepções de risco face ao COVID-19;
d) Melhoria e adequação progressiva das condições infraestruturas dos estabelecimentos de ensino/educação, em tudo o que se revelar possível;
e) Desenvolver mecanismos de resiliência de curto, médio e longo prazo;
f) Desenvolver Plano de Comunicação integrado;
g) Aquisição das EPIs e disponibilização de demais materiais de higiene/limpeza e desinfecção de forma a adequar as medidas sanitárias para que as escolas possam retornar com segurança;
h) Disponibilização de equipe de trabalho para acompanhamento pedagógico e retaguarda psicossocial para a comunidade escolar;
i) Prestação de orientações para a gestão do trabalho e a saúde do trabalhador com os

objetivos de assegurar a proteção da vida e a redução dos riscos de exposição;

j) Instituição de equipe articulada que será responsável pela proposição de ajustes que se fizerem necessários no período de vigência deste Plano;
k) Reforçar equipe de trabalho para as instituições, sobretudo, e de forma a suprir as necessidades tanto pedagógico quanto das demais áreas envolvidas no retorno às aulas,
l) Diagnóstico da capacidade de atendimento da rede, condições para sua readequação e aquisição dos materiais necessários;
m) Levantamento dos servidores em grupos de risco, que deverão atuar em trabalho remoto;
n) Realizar simulados e capacitar a comunidade escolar para entender e respeitar as novas normativas das aulas presenciais antes do retorno;
o) Reordenação do sistema de roteiros dos veículos de transportes escolar;
p) Viabilizar oferta de transporte escolar adequado as normas e diretrizes de retorno as aulas, adequando a frota de modo a compatibilizar o quantitativo de veículos com o de passageiros a serem transportados, respeitando a limitação definida para cada modalidade de transporte, inclusive disponibilizando linhas extras, se necessário;
q) Realizar campanha de sensibilização para que os pais e responsáveis priorizem o transporte próprio de seus filhos, visando evitar o risco de contaminação dentro do transporte escolar;
r) Reorganizar calendário escolar;
s) Adequar as escolas conforme as medidas e diretrizes de retorno aos aulas.

6) NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de prontidão/ação definidos no Quadro 1, que estão baseados em indicações da OMS e correspondem à terminologia que vem sendo utilizada pelo Ministério da Saúde em suas análises. Tal terminologia parece-nos a mais adequada tanto à natureza da pandemia, como para os estabelecimentos a que se destina:

Preparação; Resposta (subdividida em Contenção e Mitigação); e Recuperação.

FASES	SUBFASES	CARACTERÍSTICAS	PLANCON MUNICIPAL
PREPARAÇÃO		**Não existe epidemia ou existe em outros países de forma ainda não ameaçadora.**	
RESPOSTA	**Contenção** (por vezes, subdividida em simples no início e alargada quando já há casos no país/estado)	**Pode ir desde quando há transmissão internacional em outros países ou casos importados em outros estados (contenção inicial) até à situação da existência de cadeias secundárias de transmissão em outros estados e/ou casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária (contenção alargada).** **Inclui medidas como o rastreamento (por meio de testes), isolamentos específicos (para evitar o contágio da população a partir de casos importados) e vigilância de entradas saídas e deslocamentos de pessoas, buscando erradicar o vírus. O limite da contenção é quando as autoridades perdem o controle do rastreamento, o vírus se propaga o vírus e entra em transmissão local. Considera-se na fase de Contenção duas subfases Contenção Inicial e Contenção Alargada.**	**Alerta** (quando somente há ocorrências em outros estados) e **Perigo Iminente** (quando há casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária)

	Mitigação (podendo, se houver medidas muito firmes como testagem generalizada, isolamento de casos e impedimento de entradas chegar até à Supressão)	**A mitigação deve começar logo quando há transmissão local e intensificar-se quando há transmissão sustentada ou comunitária.** **Sabendo-se que não será possível evitar todos os contágios, tenta-se diminuir o avanço da pandemia, com ações como suspensão de aulas, fechamento de comércio, bares e restaurantes, cancelamento de eventos esportivos, congressos, shows e espetáculos, suspensão ou limitação de transportes etc.** **Quando a situação de contágio está sob maior controle e caminha para uma fase de recuperação estas medidas restritivas podem ser flexibilizadas.**	**Emergência de Saúde Pública**
RECUPERAÇÃO		**Caracteriza-se inicialmente pela redução do contágio e óbitos e controle parcial da epidemia, sustentada em indicadores oficiais de evolução de taxas de contágio e de ocupação de atendimento hospitalar. Posteriormente, pela superação do surto epidêmico e/ou surgimento de vacina e/ou descoberta de medicamentos adequados para o tratamento da COVID-19, comprovados cientificamente pelas autoridades competentes podendo considerar-se consolidada (recuperação plena). Até que isso aconteça, deve-se manter medidas preventivas adequadas para evitar o surgimento de novos focos de infecção e reversão do achatamento da curva de contágio. Na ocorrência de reversão da redução do contágio as medidas adequadas de prevenção e controle deverão ser retomadas, em parte similares às previstas para a fase de Contenção**.	

Quadro 1. Níveis de prontidão/ação a considerar no PLACON-EDU para a COVID-19.

Fonte: Adaptado de um modelo geral de fases considerado pela OMS e, como base nos quais, muitos países elaboraram seus planos de contingência.

7) GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise, tão grave como a que nos confrontamos e temos que lidar, exige um ajuste na governança, ou seja, nos processos de governar neste tempo de crise. Referimo-nos, em especial, à interação e tomada de decisão entre os atores envolvidos neste problema coletivo, acompanhada da criação, reforço e/ou remodelação de diretrizes e normas e implementação de ações adequadas.

Na governança, diretamente, relacionada com a operacionalização das dinâmicas e ações operacionais de resposta, salientam-se três domínios fundamentais:

7.1) o das diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (e respectivos protocolos) a implementar;

7.2) o do Sistema de Comando Operacional, propriamente dito, diferenciado do "normal" sistema e processo de governo, mas com ele interligado, e que se torna necessário constituir para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;

7.3) o do Sistema de Alerta e Alarme, incluindo as dinâmicas de comunicação e os processos de monitoramento e avaliação, que permite, identificar os eventuais ajustes que se torna necessário implementar.

7.1.1 DAOP Das Medidas Conforme Diretrizes:

Por que	O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Custo	Protocolo
Medidas Sanitàrias	Aquisição de: Termômetros digital infravermelho, papeleiras, saboneteiras, dispensadores de álcool em gel, borrifador de álcool, protetor ocular, face shilds, tapetes de desinfecção, macacão plástico e conjunto plástico	Nas escolas do município de Itá e nos ônibus	Antes da retomada das aulas	Nereo Rostirolla Franciele Bevilaqua Inês Leiser	Encaminhando as solicitações ao departamento de compras	R$ 23.655,00	Conforme as diretrizes sanitárias (PLANCON)
	Aquisição de álcool em gel, água sanitária, sabonete, liquído e papel toalha	Nas escolas do município de Itá e nos ônibus	Antes da retomada das aulas e sempre que necessário	Nereo Rostirolla Franciele Bevilaqua Inês Leiser	Encaminhando as solicitações ao departamento de compras	R$ 3.400,00	Conforme as diretrizes sanitárias (PLANCON)
	Aquisição de máscaras (considerar o tempo de troca), luvas descartáveis, toucas descartáveis e pro-pé	Nas escolas do município de Itá e nos ônibus	Antes da retomada das aulas	Nereo Rostirolla Franciele Bevilaqua Inês Leiser	Encaminhando as solicitações ao departamento de compras	R$ 3.000,00	Conforme as diretrizes sanitárias (PLANCON)
	Aquisição de bebedouros, pias para lavar as mãos	Nas escolas do município de Itá	Antes da retomada das aulas	Nereo Rostirolla Franciele Bevilaqua Inês Leiser	Encaminhando as solicitações ao departamento de compras	R$ 30.000,00	Conforme as diretrizes sanitárias (PLANCON)
	Aquisição de lixeiras com tampa e acionamento por pedal, Pulverizador costal, Fitas, para demarcar espaços respeitando o distanciamento mínimo recomendado nas unidades escolares	Nas escolas do município de Itá	Antes da retomada das aulas	Nereo Rostirolla Franciele Bevilaqua Inês Leiser	Encaminhando as solicitações ao departamento de compras	R$ 8.950,00	Conforme as diretrizes sanitárias (PLANCON)

Por que	O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Custo	Protocolo
Medidas Pedagógicas	Ofertar atividades presencias e atividades não presenciais enquanto perdurar o regime especial de educação decorrente da pandemia	Escolas da rede municipal e estadual	Permanente enquanto houver a pandemia	Nereo Rostirolla Mara Caon Inês Leiser	Através da oferta de ensino presencial e remoto	R$ 500,00	Conforme as Diretrizes Pedagógicas (PLANCON)
	Ampliar o acesso à internet em todas as dependências das escolas municipais	Nas unidades escolares municipais	Antes de retornar as aulas	Felipe Chupel	Aumentar a largura de banda	Já efetuado	Conforme as Diretrizes Pedagógicas (PLANCON)
	Disponibilizar apoio psicossocial a estudantes, familiares, e profissionais da educação	Nas unidades escolares municipais	Permanente	Kelly Trevisol	Sempre que houver demanda de casos	R$ 5.000,00	Conforme as Diretrizes Pedagógicas (PLANCON)
	Fornecer cartazes e materiais educativos para a realização das ações de promoção da saúde prevenção da covid-19	Nas unidades escolares municipais	Permanente	Nereo Rostirolla Mara Caon Inês Leiser	Licitação junto a gráficas	R$ 1.500,00	Conforme as Diretrizes Pedagógicas (PLANCON)
	Avaliar a possibilidade de retorno gradativo das atividades escolares, com intervalos mínimos de 7 (sete) dias entre os grupos regressantes, em cada estabelecimento (para os diferentes níveis escolares, diferentes cursos, ou outros), com o monitoramento da evolução do contágio, tanto na comunidade escolar quanto na comunidade geral da localidade, contemplando novos alinhamentos, se necessário	No município de Itá	A cada 07 dias	Jairo Sartoretto Nereo Rostirolla Mara Caon Inês Leiser, Juntamente com as comissões escolares e municipais	Avaliação mapa do risco (AMAUC) e mapa de risco	R$ 1.000,00	Conforme orientações das Diretrizes e Grupo das Comissões Escolares e Municipais

Por que	O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Custo	Protocolo
Alimentação escolar	Fornecer condições para que todos os estabelecimentos educacionais possam realizar treinamento com os profissionais envolvidos em todos os processos da alimentação nas escolas (recebimento, armazenamento, preparo, distribuição, acompanhamento e fiscalização), seguindo os procedimentos estabelecidos nas diretrizes sanitárias, planos de contingências e protocolos escolares.	Nas unidades escolares	Antes do retorno ás aulas e sempre que se fizer necessário reprogramar treinamentro	Nereo Rostirolla Inês Leiser Mara Caon Scheila Piorezan	Orientação e treinamento dos servidores prestadores de serviço quanto as medidas sanitárias e sua adequada aplicação	R$ 500,00	Conforme a Diretriz de Alimentação e Escolar (PLANCON), e De acordo com as Diretrizes Sanitárias.
	Organizar Plano de comunicação para orientar comunidade escolar sobre os procedimentos alimentares, conforme as diretrizes sanitárias, planos de contingência e protocolos escolares	Nas unidades escolares	Antes do retorno ás aulas e sempre que se fizer necessário	Inês Leiser Scheila Piorezan	Através de Canais de comunicação: facebook com vídeos informativos rádio com avisos e entrevistas, através de watsapp	R$ 500,00	Conforme a Diretriz de Alimentação e Escolar (PLANCON), e De acordo com as Diretrizes Sanitárias.
	Fornecer condições para atualizar os Manuais de Boas Práticas de Manipulação e os Procedimentos Operacionais Padronizados de forma a adequa-los para o combate à dessiminação da COVID-19	Nas unidades escolares	Antes do retorno ás aulas e sempre que se fizer necessário	Inês Leiser Scheila Piorezan	Revisando os manuais acrescentando medidas necessárias	R$ 500,00	Conforme a Diretriz de Alimentação e Escolar (PLANCON), e De acordo com as Diretrizes Sanitárias.

Por que	O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Custo	Protocolo
Transporte Escolar	Viabilizar oferta de transporte escolar adequado as normas e diretrizes, reordenando o sistema de roteiros dos veículos de transportes escolar	Rede municipal e estadual do Município, Trajetos na Zona urbana e rural	Antes do retorno das aulas e sempre que for necessário	Jairo Sartoretto Deonir Dalle Laste	Fazer levantamento quais alunos vão retornar, realizar adequações nas linhas	R$ 224.000,00	Conforme as Diretrizes Sanitárias e Diretrizes do Transporte Escolar (PLANCON)
	Contratação monitores para o transporte escolar para verificar a temperatura antes das crianças entrar no ônibus e correta distribuição dos alunos nos acentos	Rede municipal e estadual do Município, Trajetos na Zona urbana e rural	Antes do retorno das aulas	Jairo Sartoretto Nereo Rostirolla Terceiros responsáveis pelo transporte	Verificar quantidades de pessoas necessárias, conforme demanda	R$ 10.000,00	Conforme as Diretrizes Sanitárias e Diretrizes do Transporte Escolar (PLANCON
	Adequar procedimentos e operações de higienização, de forma que após cada itinerário/viagem, seja realizada a limpeza e desinfecção dos veículos utilizados no transporte	Veículo do transporte escolar	A cada itinerário/viagem	Deonir Dalle Laste Terceiros responsáveis pelo transporte	Fazendo a higienização com produtos adequados conforme legislação	R$ 200,00	Conforme as Diretrizes Sanitárias e Diretrizes do Transporte Escolar (PLANCON)
	Orientar a correta distribuição dos estudantes nos veículos de transporte escolar	Nos Veículos de transporte escolar	A cada itinerário/viagem	Deonir Dalle Laste	Diariamente: identificando os acentos com o nome dos alunos, e verificando se esta sendo cumprido	R$ 20,00	Conforme as Diretrizes Sanitárias e Diretrizes do Transporte Escolar (PLANCON
	Disponibilizar orientações quanto as normas a seguir nos veículos escolares	Nos Veículos de transporte escolar	Antes do retorno das aulas	Deonir Dalle Laste	Afixando um cartaz com orientações quanto aos cuidados necessários ao adentrar aos veículos escolares	R$ 500,00	Conforme as Diretrizes Sanitárias e Diretrizes do Transporte Escolar (PLANCON

Por que	O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Custo	Protocolo
Gestão de Pessoas	Fornecer acolhimento Psicossocial aos alunos e professores e demais profissionais que necessitar.	Unidades escolares	Ao recomeçar as aulas e duarante o ano todo	Kelly Trevisol	Encaminhamentos de alunos ou profissionais para o acompanhamento psicollógico	R$ 5.000,00	Conforme as Diretrizes Sanitárias, Diretrizes de Gestão de Pessoas (PLANCON)
	Proceder articulação e à integração intersetorial com outras instituições/políticas (saúde, assistência social, segurança pública, criança e adolescente etc.	Unidades scolares	Ao recomeçar as aulas e duarante o ano todo	Jairo Sartoretto Nereo Rostirolla Inês Leiser Mara Caon	Envolvendo as demais instituições nas ações que estão sendo implemetadas nas escolar, solicitando ajuda	R$ 2.000,00	Conforme as Diretrizes Sanitárias, Diretrizes de Gestão de Pessoas (PLANCON)
	Organizar critérios para a contratação de servidores decorrente da implantação de novas atividades nas unidades escolares e para substituição em caso de afastamento, e nos casos de grupo de risco	Nas Unidades esolares	Ao recomeçar as ulas e quando necessário	Jairo Sartoretto Nereo Rostirolla Inês Leiser Mara Caon	Levantamento do grupo de risco, e de novas funções	R$ 50.000,00	Conforme as Diretrizes Sanitárias, Diretrizes de Gestão de Pessoas (PLANCON)

Por que	O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Custo	Protocolo
Treinamento e Capacitação	Formar e treinar toda a omunidade escolar para um retorno seguro às atividades presenciais: professores, estagiários, monitores, motoristas, profissionais da cozinha, alunos, pais dos alunos, pessoal terceirizado e equipe da higienização, baseado nas diretrizes e protocolos escolares e Plancon Municipal.	Nas unidades escolares	Imediatamente e sempre que houver a necessidade	Nailse Bach Rosani Schiavini Scheila Piorezan	Presencialmente em pequenos grupos, virtualmente, e através dos canais de comunicação (rádio, facebook), Através de lives, webs, simulados, tira dúvidas. Elaborar crionogrma de treinamento, para os distintosd grupos das unidades escolares	R$ 600,00	Conforme as Diretrizes Sanitárias, e Diretrizes de Treinamento (PLANCON)
	Capacitar os professores e educadores para adequar as metodologias pedagógicas para a nova forma de ensino, conforme as diretrizes pedagógicas, e implementar estratégias que garantam o acesso à aprendizagem do estudante	Nas Unidades escolares	Imediatamente e sempre que necessário	Secretarias de Educação	Através de cursos, web e treinamentos	R$ 2.000,00	Conforme as Diretrizes Pedagógicas
	Orientação para a população do município ao retorno das aulas e aos pais ou responsáveis a necessidade do acompanhamento dos filhos no ponto de ônibus, para ações caso a criança apresentar sintomas da covid-19	Meios de comunicação Nos pontos de ônibus	No retorno das aulas	Inês Leiser Mara Caon Markeli Machry Diego Mior	Divulgação diária através de vinhetas na rádio Publicações nas redes oficiais do município/instituiçõe Acompanhamento diário	R$ 300,000	Conforme as Diretrizes Sanitárias, Diretrizes do Transporte Escolar e de Treinamento (PLANCON)
	Realizar simulados virtuais e in loco nas unidades escolares do município	Nas unidades escolares	Antes do retorno das aulas	Direção, professores e servidores das escolas Inês Leiser	Testar protocolos e ações	R$ 50,00	Conforme as Diretrizes Sanitárias, Diretrizes de Gestão de Pessoas (PLANCON)

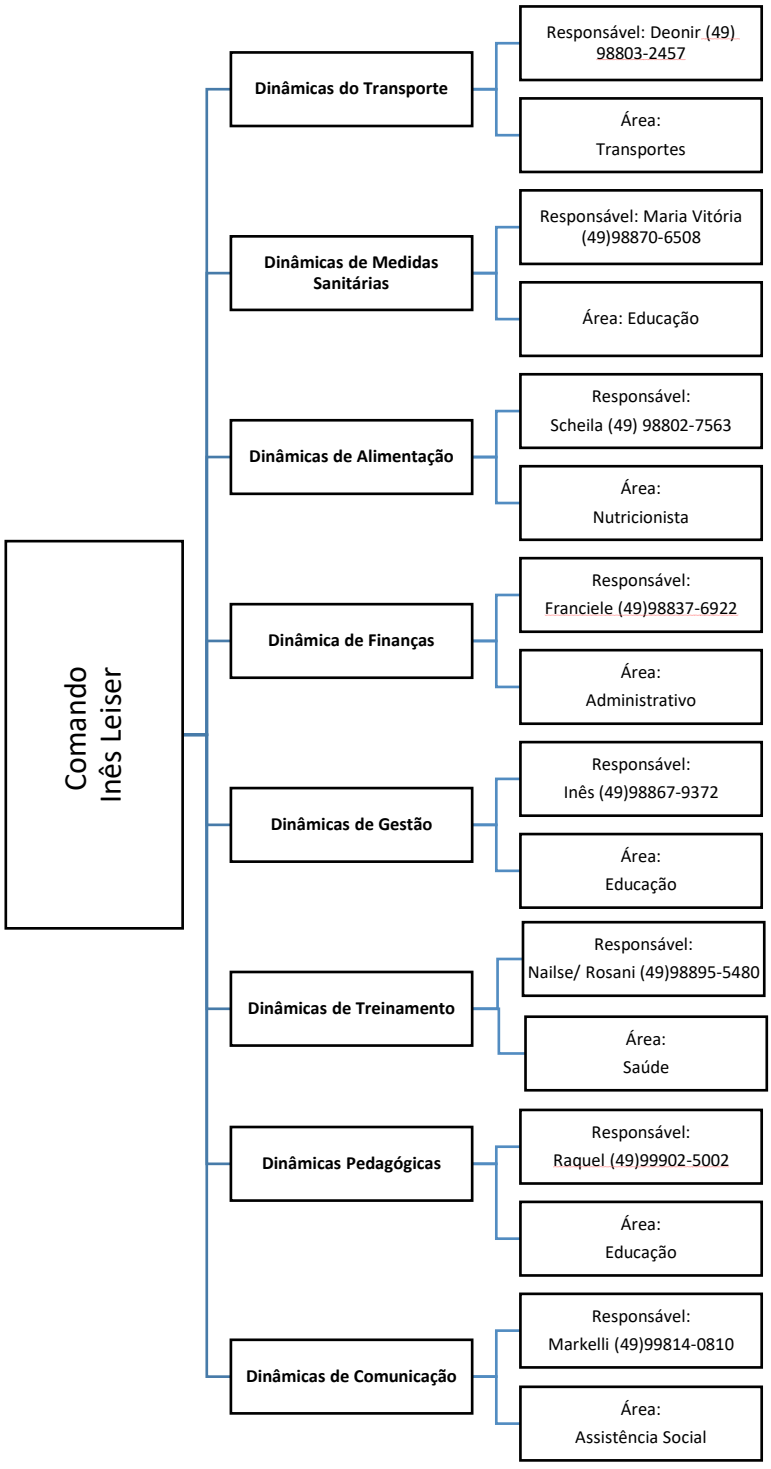
Por que	O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Custo	Protocolo
Formação e Comunicação	Elaborar e/ou compartilhar cartilha de orientação sobre os cuidados básicos de prevenção a COVID-19, e disponibilizá-la pela internet para as comunidades escolares;	Para as escolas do Município e comunidade escolar	Antes da retomada das aulas	Inês Leiser Mara Caon Nailse Bach Rosani Schiavini	Verbal, rádio, redes sociais, , email, meet, site de covid	R$ 150,00	Diretrizes de Formação e Comunicação
	Implantar plano de comunicação para orientar a comunidade escolar sobre os procedimentos alimentares, de transporte, medidas sanitárias, questões pedagógicas, gestão de pessoas, treinamentos, capacitação e finanças.	Secretaria da Educação	Antes da retomada das aulas	Diretores das escolas e Inês Leiser Mara Caon	Estabelecer o tipo de comunicação a ser feita, (Aviso pelo wats, rádios, facebook)	R$ 100,00	Diretrizes de Formação e Comunicação
	Estabelecer fluxo de comunicação entre o SCO, comunidade escolar e externa e os meios de comunicação locais	Secretaria de Educação, Unidade escolar, Coordenadoria regional	Antes da retomada das aulas e durante o período até o retorno definitivo	Setor de comunicação das escolas Inês Leiser Mara Caon	Definir fluxograma de informações, contatar os meios de comunicação, estabelecer que será o interlocutor	R$ 500,00	Diretrizes de Formação e Comunicação

Por que	O quê	Onde	Quando	Quem	Como	Custo	Protocolo
Finanças	Identificar fonte de recursos e valores para contratação de funcionários, aquisição de materiais, equipamentos, aumento de frota de veículos para transporte escolar, produtos necessários para a segurança sanitária e pedagógica do público alvo.	Secretasria da Educação, Secretaria de Saúde, Prefeitura Municipal	Imediatamente e sempre que necessário	Jairo Sartoretto Nereo Rostirolla Darcy Kolakowski	Encaminhando as solicitações aos departamento de compras, segundo as normas de cada unidade escolar. Identificar rúbricas e fontes de recursos existentes	Conforme Plano Orçamentário	De acordo com as Diretrizes de Finaças
	Subsidiar recursos para a comunicação, informação e divulgação de orientações sobre a pandemia	Nas secretarias e unidades escolares	Retomada das aulas	Secretarias Unidades escolares E Orgãos de vigilância	Através de materiais impressos, vídeos	R$ 2.000,00	De acordo com as Diretrizes de Finaças

OBS: Os valores que constam nas planilhas das diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (DAOP) foram baseados em licitações da Prefeitura Municipal de Itá, para 01 dia de trabalho nas escolas do Município, com todos os servidores e alunos da educação.

7.2 SISTEMA DE COMANDO OPERACIONAL

O Estado de Santa Catarina, Regional da saúde da Região do Alto Uruguai Catarinense, no Município de Itá, SC, adotam para acompanhar a execução do plano o seguinte sistema de comando/comitê operacional.



7.3 SISTEMA DE ALERTA E ALARME

7.3.1 Dispositivos Principais

7.3.2 O sistema de alerta e alarme tem como elementos centrais dispositivos que integram o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19:

a) o mapeamento da dinâmica de propagação do vírus entre os municípios catarinenses;
b) o perfil epidemiológico na plataforma multi-escalar territorial;
c) a Matriz de Avaliação de Indicadores de Risco Potencial na Gestão da Saúde (que se constitui no documento central diário de monitoramento e avaliação da situação regional e será complementado pelos boletins municipais).
d) Para além destes, consideram-se, também, dispositivos importantes:
e) indicações provenientes da OMS e de outras instituições internacionais de referência;
f) boletins e relatórios dos responsáveis do SCO estadual/COES nas diversas áreas e das unidades de gestão operacional regionais, municipais e escolares;
g) simulados de algumas ações (incluindo testagem de protocolos) realizadas nas regiões/municípios/escolas.

7.3.3 Monitoramento e avaliação

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução da pandemia, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações (de processos e resultados) e constantes ajustes que se demonstrem necessários, para manter o plano de contingência atualizado. O registo das ações adotadas e das verificações realizadas é, também, importante, para salvaguardar futuras questões legais.

Os responsáveis pelo monitoramento das diferentes frentes de ação deverão ser definidos pelo SCO.

Os registos diários da atividade da escola, de maior ou menor eficácia das diferentes dinâmicas e ações, de eventuais problemas detectados e como foram resolvidos, de questões que seja necessário resolver ou aspectos que a serem alterados, serão realizados em boletins de preenchimento expedito como o modelo do anexo 2.

As avaliações mais detalhadas, de periodicidade mensal serão realizadas em

relatórios como modelo disponibilizado anexo 3. Além do monitoramento, a efetiva fiscalização do cumprimento das diretrizes e protocolos estabelecidos neste plano contingência e possíveis documentos complementares colaboram para o êxito no combate à disseminação do Coronavírus.

ANEXO 1 MODELO
BOLETIM

BOLETIM DIÁRIO DE OCORRÊNCIAS INFORME DE Nº ____

DIA:_____/_____/_____

ALTERAÇÕES (SE HOUVER)	DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS	OCORRÊNCIA	ENCAMINHAMENTO	RESOLUÇÃO
	GESTÃO DE PESSOAS	Ex.: Atestado médico Necessidade de isolamento social Apoio psicológico Formação, treinamento		
	MEDIDAS SANITÁRIAS			
	ALIMENTAÇÃO			
	TRANSPORTE			
	QUESTÕES PEDAGÓGICAS			
	OUTRAS			

OBSERVAÇÕES OU PENDÊNCIAS:

_____
_____
_____

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

_____

ANEXO 2 MODELO RELATÓRIO

PERÍODO: DE_____A _____

Aspectos facilitadores e dificultadores das Dinâmicas e Ações Operacionais:

DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS	FACILITADORES	DIFICULTADORES
GESTÃO DE PESSOAS		
MEDIDAS SANITÁRIAS		
ALIMENTAÇÃO		
TRANSPORTE		
QUESTÕES PEDAGÓGICAS		

OBSERVAÇÕES OU PENDÊNCIAS:

_____
_____
_____

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

_____

ANEXO 3 - Dados Quantitativos:

DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS	ASPECTOS	NÚMERO
GESTÃO DE PESSOAS	- Professores envolvidos: - Servidores envolvidos: - Estudantes envolvidos: - Atendimentos realizados com professores: - Atendimentos realizados com servidores: - Atendimentos realizados com estudantes: - Atendimentos realizados com familiares:	
MEDIDAS SANITÁRIAS	- Quantidade de álcool gel - Quantidade de máscaras	
ALIMENTAÇÃO	- Quantidade de refeições servidas - Quantidade de alimentos servidos em kg	
TRANSPORTE	- Quantidade de alunos transportados - Quantidade de motoristas mobilizados - Quantidade de motoristas treinados	
QUESTÕES PEDAGÓGICAS	- Quantidade de atividades desenvolvidas - Quantidade de material produzido - Quantidade de equipamentos utilizados - Quantidade de horas presenciais - Quantidade de horas ensino híbrido - Quantidade de alunos presenciais - Quantidade de alunos em ensino híbrido - Quantidade de estudantes ensino remoto	
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	- Quantidade de treinamentos oferecidos - Quantidade de professores capacitados - Quantidade de servidores em simulados - Quantidade de horas de capacitação ofertadas - % de aproveitamento das capacitações ofertadas - Quantidade de certificados - Quantidade de material elaborado	

4. Anexo:Plano de Ação

Formação e Capacitação dos Profissionais Envolvidos

Objetivo: Capacitar todos os envolvidos para o retorno às aulas com medidas sanitárias.

Metodologia: Participar de formações presenciais de acordo com as liberações, respeitando a porcentagem de acordo com o espaço e mapa de risco, além de reuniões online com os diferentes órgãos, trabalhando as diferentes medidas como cuidados, medidas de prevenção, distanciamento social, utilização dos EPI's e EPC's, protocolos e medidas de higienização e sanitização de ambientes, distribuição e manipulação de alimentos, medidas para o transporte escolar, medidas de proteção contra a infecção da COVID-19 em trabalhadores, as medidas para identificação e condução de casos suspeitos ou confirmados para COVID – 19.

Os temas serão trabalhados com todos os envolvidos de acordo com cada necessidade.

Cronograma:

I) O que: Formação Colaboradores da limpeza/cozinha/sobre as Diretrizes Sanitárias de Retorno higienização dos espaços

Quem: Secretaria de Saúde, Nailse Bach

Secretaria de Educação: Inês Leiser

Nutricionista : Scheila Piovezan

Quando: Quinze dias antes do retorno das aulas.

II) O que: Formação para transportadores/ Medidas Sanitárias para transporte.

Quem: Secretaria de Educação e Secretaria de saúde

Quando: Quinze dias antes do retorno das aulas.

III) O que: Formação Professores e Auxiliares de sala, monitores, sobre as Diretrizes Sanitárias do Retorno

Quem: Secretaria de Educação e Secretaria de saúde

Quando: Quinze dias antes do retorno das aulas.

V) O que: Simulados Presenciais

Quando: Quinzena que antecede às aulas

Como: Presencialmente nas escolas

Quem: Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da COVID-19

VI) O que: Formação com os Pais

Como: Vídeos Informativos com profissionais nas diferentes áreas.

Quem: Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da COVID-19

Quando: Quinzena que antecede às aulas.

PLANO DE CONTINGÊNCIA APLICÁVEL AO MUNICÍPIO DE:

ITÁ

Equipe responsável pela Elaboração e Implementação do Plano:

Jairo Luiz Sartoretto
Prefeito Municipal

Renato Vailon
Proteção e Defesa Civil

Darci Kolakowski
Secretaria da Saúde

Nereo Norberto Rostirolla
Secretaria de Educação

Membros da Equipe:

Representante da Rede Estadual: Amanda Berticelli Dallazen
Representante dos Estudantes: Armando Luís Kusmirczuck
Representante da Secretaria da Administração e Fazenda: Bábara Regina de Araújo Pereira
Representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar: Clarice Covatti
Representante do Conselho Municipal da Educação: Vanessa Alves Pereira
Representante dos Transportadores escolar: Deonir Augustinho Dalle Laste
Representante das comissões Escolares:Dionei dos Santos Dinnebier
Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB:Gemir Antônio Gelhen
Representante das comissões Escolares: Hermes Roani
Representante das comissões Escolares: Inês Maria Leiser
Representante do Conselho Municipal dos Direito das Pessoas com Deficiência: Luana dos Santos
Representante das comissões Escolares: Maria Vitória Sunti
Representante da Secretaria da Assistência Social: Markelli Ana Machry
Representante da Secretaria da Saúde: Nailse Maria Bach
Representante da Secretaria Municpal de Educação: Raquel Maria Bohrer
Representante da Defesa Cívil do Município: Renato Vailon
Representante do Poder Legislativo Municipal: Silvana Colossi
Representante dos Profissionais e Trabalhadores da Educação: Mara Suhre